

Parceria para Governo Aberto (OGP)
Ata da Reunião do Comitê Diretor
Londres, Reino Unido
11 a 12 de julho de 2013

Quinta-feira, 11 de julho: Reunião do Comitê Diretor de nível de trabalho

Boas vindas e Atualização do Progresso

O governo do Reino Unido acolheu os delegados à reunião e solicitou à Diretora Executiva da Unidade de Apoio (SU) que fornecesse uma atualização das atividades desenvolvidas desde a última reunião em abril, as quais incluíram:

- Nomeação do Sr. Joe Powell para assumir o cargo de Vice-Diretor da Unidade de Apoio, o qual começou a trabalhar em maio, e do Sr. Kay Hixson para atuar como Diretor de Comunicações da SU a partir de julho.
- Desenvolvimento de uma especificação para o redesenho do sítio eletrônico da OGP; seleção de fornecedor que iniciará o trabalho em julho, com previsão de término para o início de outubro.
- Apoio ao governo do Quênia na realização do primeiro Evento Regional da África sobre a OGP no final de maio.
- Início das tratativas com quatro instituições multilaterais (Banco Mundial, BID, OCDE e PNUD) para estabelecer os termos das parcerias com a OGP e formular o plano de ação inicial.
- Contratação de um consultor que atualmente pesquisa entre 10 a 15 estudos de caso sobre a OGP.
- Lançamento da fase piloto dos grupos de trabalho temáticos da OGP (veja detalhes na sessão sobre o subcomitê de Aprendizagem e Apoio aos Pares).
- Submissão de uma proposta à *Ford Foundation* e início de tratativas com diversos doadores bilaterais.

O copresidente, então, convidou o Coordenador Independente para a Sociedade Civil (CSC), o Sr. Paul Maassen, a apresentar os avanços nos esforços empreendidos por ele para a divulgação da Parceria, sobre o que destacou:

- Publicação de 15 artigos que descrevem as experiências vivenciadas no primeiro ano de colaboração entre a sociedade civil e os governos em países da OGP (disseminação via *newsletter* da sociedade civil e no blog da OGP).
- Trabalho direto com o governo do Quênia para apoiar a participação da sociedade civil no Evento Regional da África em maio.
- Lançamento de um *website* da OGP para a sociedade civil (ogphub.org) e elaboração de um newsletter que é publicado duas vezes por semana e enviado a mais de 800 atores da sociedade civil.

- Organização de um evento de aprendizagem bem-sucedido no começo de julho para líderes da sociedade civil que ocupam a posição de copresidente da OGP, já a ocuparam ou irão ocupa-la, com vistas ao compartilhamento de experiências.
- Apoio direto e presencial a sete países da OGP.

Subcomitê de Governança e Liderança: Questões de Governança

A sessão foi iniciada com um debate sobre o cronograma de revisão dos Artigos de Governança da OGP para que sejam incorporadas mudanças em políticas da OGP, haja vista que os Artigos foram aprovados em junho de 2012. Os membros do Comitê Diretor sugeriram que a Unidade de Apoio produzisse uma tabela com referência à decisão do Comitê que resultou em cada alteração e que fosse incluída uma etapa final de divulgação de comentários públicos. O cronograma atualizado de revisão dos Artigos é apresentado abaixo:

24 de julho de 2013	A Unidade de Apoio enviará o documento revisado dos Artigos de Governança com controle de alteração ao Subcomitê de Governança e Liderança (GL).
9 de agosto de 2012	A Unidade de Apoio e o GL irão finalizar a revisão e enviar os Artigos a todos os membros do Comitê Diretor.
23 de agosto de 2013	Prazo final para que os membros do Comitê Diretor enviem comentários à Unidade de Apoio, os quais irão então integrar uma sessão de comentários na minuta final.
2 de setembro de 2013	Início do período de quatro semanas para formulação de comentários públicos.
30 de setembro de 2013	Término do período de comentários públicos. Revisão final.
Até 18 de outubro de 2013	A Unidade de Apoio deverá divulgar a versão atualizada dos Artigos de Governança, bem como os comentários públicos e as respostas da OGP, conforme apropriado.

Na sequência, os membros do SC discutiram a proposta do processo de eleição para a rotação dos governos no Comitê Diretor da OGP. Durante o debate, os membros concluíram que o documento era complexo, devido aos vários requisitos de transição para a eleição de 2014.

Houve consenso sobre os seguintes pontos:

- Deve existir um mecanismo de balanceamento regional, com reserva de um lugar no Comitê Diretor para cada região e um máximo de três vagas para uma mesma região.

- Os cronogramas de rotação para a sociedade civil e o governo deverão ser sincronizados e compilados em um único documento.
- A eleição dos membros deverá ocorrer em setembro, ao invés de outubro, de forma a refletir o momento em que os países fundadores da OGP e o Comitê Diretor iniciaram os trabalhos da Parceria.
- O documento em questão deverá fazer referência ao papel do copresidente que está deixando a posição, conforme decidido na reunião de abril.
- A linguagem sobre as qualificações para elegibilidade deverá ser redefinida, com vistas a refletir a exigência de que cada país candidato tenha cumprido com o compromisso financeiro para com a OGP.
- Deve-se respeitar o limite máximo de dois mandatos (seis anos) quando das eleições dos próximos copresidentes da OGP.
- Organização de uma reunião “de transição” do Comitê Diretor, a qual contará com a participação dos membros que estiverem deixando o Comitê e dos futuros membros.

A Diretora Executiva da Unidade de Apoio introduziu uma discussão sobre a alocação do tempo da equipe da SU. Haja vista se tratar de uma equipe pequena, a Diretora solicitou o apoio do SC no sentido de mudar o foco do assessoramento ao Comitê e Subcomitês para o suporte aos membros da OGP de forma mais abrangente (externo). Houve consenso sobre os seguintes pontos:

- Os subcomitês de Aprendizagem e Apoio aos Pares e Critérios e Padrões passarão a reunir-se mensalmente, ao invés de quinzenalmente, o que proporcionará um maior tempo para a preparação e revisão de documentos.
- A Unidade de Apoio continuará a assessorar os subcomitês, no entanto trabalhará com os presidentes para identificar tarefas específicas que possam ser assumidas por membros do subcomitê.
- Para assegurar uma execução diária eficiente, o Comitê Diretor deverá institucionalizar maior delegação à Unidade de Apoio; para este fim, a Unidade deverá definir as atribuições e responsabilidades da equipe por escrito.

O copresidente da sociedade civil, o Sr. Warren Krafchik, destacou os objetivos de uma proposta de “revisão do progresso” da OGP. Houve consenso sobre os seguintes pontos:

- A OGP se beneficiaria de uma “revisão periódica” das estruturas, processos e recursos humanos, com vistas a avaliar se são suficientes para atingir o sucesso.
- Apesar de um foco em resultados ser prematuro nesse momento, a revisão do progresso auxiliaria a definir a abordagem para uma avaliação semestral da OGP em data futura.
- O Comitê Diretor estabelecerá um grupo *ad hoc* – composto por um membro oriundo do governo, um oriundo da sociedade civil e um da Unidade de Apoio – para supervisionar a revisão. O Sr. Alejandro Gonzalez será o representante da sociedade civil; os governos irão definir o representante e informar em data posterior.
- Esse grupo elaborará uma minuta de Termo de Referência para a próxima reunião do Comitê Diretor, com o objetivo de realizar a revisão no início de 2014.

Governança e Liderança: Captação de Recursos e Orçamento

Os representantes dos governos presentes na reunião informaram ao Comitê Diretor o *status* de suas contribuições financeiras referentes ao exercício de 2013. A África do Sul, as Filipinas, a Noruega e o Reino Unido já remeteram o valor total da contribuição que lhes cabia. Os Estados Unidos irão submeter o valor de 2013 até o final de outubro, quando da conclusão de sua doação anterior. O México, a Indonésia e o Brasil estão trabalhando nos processos internos.

Alguns países afirmaram que a carta enviada pela *Tides Center* ajudou a esclarecer o atual *status* legal da OGP. No entanto, a Unidade de Apoio terá que considerar outras opções institucionais no longo-prazo, tendo em vista, em especial, que a OGP planeja solicitar contribuições financeiras de um maior número de países. A Unidade de Apoio trabalhará com o subcomitê de Governança e Liderança na produção de um documento que contemple alternativas sobre a questão.

Na reunião de abril, o Comitê Diretor concordou que a OGP deve seguir um modelo em que os países membros sejam obrigados a contribuir com o orçamento operacional da Parceria. Essa decisão baseou-se nos seguintes pontos:

- Um modelo de contribuição encorajaria um maior envolvimento de todos os países com o processo, bem como dividiria os custos das atividades, como os relatórios do IRM, elaborados a cada dois anos.
- Asseguraria, também, um orçamento mais sustentável e previsível, o que contribuiria para sanar a insuficiência de recursos enfrentada pela Unidade de Apoio.
- Muitas organizações e iniciativas internacionais exigem que todos os países contribuam.

Na reunião de julho, o Comitê Diretor concordou com o princípio de divisão de custos e debateu os possíveis próximos passos. Enquanto alguns defenderam que o valor das contribuições deva eventualmente ser igual para países membros e não membros do SC, todos concordaram que o processo deva ser transparente e ocorrer em etapas ao longo do tempo. O Comitê definiu as seguintes etapas:

- A Unidade de Apoio e o GL formularão uma proposta mais detalhada sobre as contribuições governamentais a ser divulgada antes da Conferência de outubro.
- Os países que não participam do SC deverão ser devidamente consultados sobre a política proposta e terão a oportunidade de se pronunciar em outubro.
- A proposta deverá considerar os custos de transação e somente entrará plenamente em vigor em 2014 ou 2015.

Por fim, o Comitê analisou brevemente as alterações sofridas pelo orçamento de 2013 desde a versão aprovada em dezembro. Os membros não expressaram quaisquer objeções ao documento revisado, mas solicitaram uma atualização das despesas realizadas no exercício financeiro de 2013 até o momento.

Parcerias Multilaterais

A Unidade de Apoio atualizou os membros do Comitê Diretor sobre o andamento das tratativas com quatro parceiros multilaterais (OCDE, Bando Mundial, BID e PNUD) e os membros do SC endossaram suas cartas de intenção. [Devido ao pouco tempo que antecedeu o recebimento da carta do PNUD, os membros solicitaram uma semana adicional para circula-la, mas não expressaram preocupações]. A Unidade de Apoio trabalhará com o subcomitê de Governança e Liderança para enviar uma resposta oficial a cada instituição. Os participantes questionaram sobre as duas multilaterais que não responderam ao convite original da OGP e membros do Comitê ofereceram-se para conduzir as tratativas pessoalmente.

A Unidade de Apoio informou que está trabalhando com cada uma dessas organizações para formulação de planos de trabalho informais, a fim de definir as áreas de colaboração. Vários membros do Comitê sugeriram que esses planos de trabalho sejam divulgados, com vistas a assegurar a transparência das relações entre a OGP e os parceiros multilaterais. O SC também decidiu que as multilaterais deverão ser incentivadas a formular compromissos a serem divulgados na Conferência de outubro. O Comitê concordou, ainda, em convidar os parceiros multilaterais a participar de sessões relevantes e de pelo menos uma reunião do Comitê Diretor por ano, com vistas a subsidiar as discussões relativas ao apoio aos países e à troca de experiências.

Na sequência, o Comitê Diretor debateu a proposta de enviar uma carta ao Secretário-Geral das Nações Unidas (até 1º de agosto) a qual enfatizasse a importância de a Assembleia Geral da ONU refletir os princípios de governo aberto no quadro de desenvolvimento pós-2015, conforme expresso no relatório de Alto Nível de Pessoas Eminentíssimas (HLPEP, da sigla em inglês). O subcomitê de Governança e Liderança será o responsável por elaborar a minuta da carta, após o que o Comitê Diretor irá repassá-la a todos os membros para aprovação.

Apresentação do Conselho de Mídia da OGP

Durante o almoço, o Sr. Richard Sambrook (ex-diretor da *BBC Globo News*) delineou as competências do recém-formado Conselho de Mídia da OGP. O Conselho, o qual é formado por reconhecidos jornalistas de todas as regiões, fornecerá orientação especializada sobre o relacionamento da OGP com a mídia, com vistas a promover o objetivo comum de maior abertura e acessibilidade por parte dos governos. Com o intuito de subsidiar a elaboração de um informe oficial por parte do Conselho, o Sr. Sambrook está coletando informações de mais de 200 jornalistas e líderes da mídia de todo o mundo. O Conselho apresentará recomendações iniciais para a OGP no final de julho ou início de agosto e organizará uma sessão na Conferência de outubro, já de posse do informe.

Subcomitê de Aprendizagem e Apoio aos Pares

A Unidade de Apoio informou ao Comitê Diretor as medidas adotadas desde abril para lançar os vários grupos de trabalho temáticos da OGP. Existem, atualmente, cinco grupos de trabalho potenciais em diversos estágios de formação. O Grupo de Trabalho sobre Transparência Fiscal foi o primeiro a enviar convites e marcou o primeiro *webinar* para 30 de julho.

Durante a discussão subsequente sobre uma nota conceitual para a fase piloto, os participantes fizeram as seguintes recomendações:

- O número de grupos de trabalho nessa fase piloto deverá ser limitado, com possibilidade de expansão futura, caso haja demanda.
- Os objetivos da fase piloto deverão ser claramente articulados; no final de 2013, haverá reunião para analisar as lições aprendidas e refinar a abordagem.
- Faz-se necessário definir com maior clareza os responsáveis por identificar membros da sociedade civil para compor cada grupo.
- A Unidade de Apoio deve considerar a elaboração de um *blog* sobre a fase piloto do projeto de grupos de trabalho, com vistas a assegurar uma comunicação mais clara.

O Comitê Diretor também discutiu um modelo para as “histórias de sucesso da OGP”, elaborado pelo subcomitê de Aprendizagem e Apoio aos Pares em conformidade com decisão adotada pelo Comitê Diretor na reunião de abril de que os oito países fundadores produziram um estudo de caso sobre si. Os membros tomaram as seguintes decisões:

- O foco deve ser em como as histórias inspiram, mas essas não devem ser chamadas de histórias de sucesso.
- Os oito países fundadores da Parceria devem escrever uma história até 30 de agosto e solicitar que os países da coorte 2 também o façam.
- As histórias devem ser escritas na língua nativa do país e traduzidas para o inglês, se possível (ou serem escritas apenas em inglês).
- Incorporação de pequenas alterações ao modelo, incluindo alterações visuais.

Subcomitê de Critérios e Padrões (C/S)

O Gerente de Programa do Mecanismo de Avaliação Independente (IRM), o Sr. Joseph Foti (participante remoto), relatou ao Comitê Diretor as atividades desenvolvidas pelo IRM desde a última reunião, as quais incluem:

- Contratação de dois funcionários para compor a equipe e dois estagiários.
- Reunião com os especialistas técnicos do Painel de Especialistas Internacional (IEP) em Londres para avaliar o progresso dos relatórios da coorte 1 e planejar os relatórios futuros.
- Cinco dos oito relatórios da coorte 1 encontram-se na fase de revisão. Os relatórios da Noruega, da Indonésia e das Filipinas ainda não foram finalizados.

- A chamada aberta para pesquisadores locais para elaboração dos relatórios da coorte 2 está encerrada em 36 dos 39 países e o IRM está revisando as inscrições. A chamada ainda não foi encerrada na Dinamarca, Jordânia e Espanha.
- Visto que em diversos países da coorte 2 houve pouca ou nenhuma atividade envolvendo a OGP, talvez não se faça necessária a contratação de pesquisadores locais para essas localidades.

A pedido de diversos governos, o Gerente de Programa do IRM concordou em prolongar o período para comentários iniciais sobre as minutas de relatório de cinco dias para duas semanas.

O Comitê Diretor debateu propostas de esclarecimento do papel dos Conselheiros Sêniores e estabeleceu as seguintes recomendações (a partir do documento de constituição):

- Os Especialistas Técnicos do IEP ficarão encarregados do controle de qualidade do IRM, enquanto os Conselheiros Sêniores terão o papel de fornecer conselhos e opiniões. Os Conselheiros Sêniores deverão, ainda, defender a independência e a credibilidade do IRM.
- Sempre que necessário, os Conselheiros Sêniores deverão atuar na discussão e aceitação dos resultados do IRM a nível nacional em determinados países.

Essas recomendações foram aprovadas com a ressalva de que pode ser necessário que os Conselheiros Sêniores interajam com o Comitê Diretor em algumas ocasiões. O próximo passo para o IEP será a elaboração de uma lista com recomendações para o Comitê Diretor, começando por um conselheiro para a América Latina. Alguns membros alegaram que a OGP ainda deve considerar o engajamento de figura de destaque, com vistas a colaborar para a promoção da iniciativa como um todo; no entanto, essa proposta será discutida em uma próxima reunião.

O subcomitê de Critérios e Padrões apresentou recomendações para implantar o calendário bianual para a OGP (conforme decidido em abril). Os seguintes pontos foram aprovados:

- Deve-se solicitar aos países que produzam um relatório de autoavaliação provisório com três componentes:
 - Avaliação do processo de consulta pública na formulação do plano de ação;
 - Avaliação da implementação dos compromissos do plano de ação;
 - Próximos passos, abordando as recomendações do IRM.
- Esse novo calendário ensejará a revisão dos Artigos de Governança, para que a condição de suspensão dos países seja alterada de três avaliações negativas consecutivas do IRM para duas avaliações.

A Unidade de Apoio trabalhará com o subcomitê de Critérios e Padrões a fim de atualizar as diretrizes para elaboração dos relatórios de autoavaliação e dos planos de ação, com vistas a refletir as recomendações acima. Foi sugerido que o IRM e o subcomitê de Aprendizagem e Apoio aos Pares reúnam-se para discutir os meios de garantir que as recomendações do IRM

sejam implementadas e o tipo de suporte que deve ser fornecido aos países que recebam avaliações negativas.

O Comitê Diretor também aprovou as recomendações do subcomitê de Critérios e Padrões sobre como a OGP deve definir, incentivar e medir a ambição em todos os estágios da Parceria. Informou-se aos membros do SC que o IRM está desenvolvendo um método para avaliar, nos relatórios futuros, a ambição relativa dos compromissos nos planos de ação dos países. Os membros recepcionaram o foco de ir além do “usual” para incentivar a formulação de planos de ação mais ambiciosos e a participação da sociedade civil. Essas modificações serão refletidas em propostas de revisão dos Artigos de Governança.

DRAFT

Sexta-feira, 12 de julho: Reunião de Planejamento da Conferência de outubro (conduzida pelo Reino Unido)

Resumo da Reunião de Planejamento

1. O Sr. Oliver Buckley (Gabinete do Governo do Reino Unido) apresentou o planejamento para a Conferência de outubro ao Comitê Diretor.
2. Na sequência, os membros do Comitê Diretor participaram de uma mesa redonda com o intuito de debater as propostas; todos os participantes tiveram a oportunidade de fazer comentários, o que pretendeu assegurar que todas as opiniões fossem ouvidas.
3. O grupo, então, dividiu-se em três subgrupos com a tarefa de elaborar propostas mais detalhadas que refletissem as discussões da manhã, em especial sobre (i) o conteúdo principal da Conferência, inclusive sobre o processo para solicitar aos países que elaborem novos e mais ambiciosos compromissos; (ii) os participantes-alvo fundamentais; e (iii) a definição do tema principal e do “slogan”.
4. Durante o almoço, a Sra. Maya Forrester, representante da *Transparency and Accountability Initiative*, apresentou o Guia “Abertura dos Governos 2.0”. A Sra. Maya resumiu os esforços atuais para atualizar o guia e solicitou a opinião do Comitê Diretor sobre como tornar o documento mais útil aos países durante o processo de elaboração dos planos de ação.
5. Após o almoço, as propostas dos três subgrupos foram compartilhadas e discutidas por todo o Comitê Diretor.

Principais resultados:

1. O Comitê Diretor manifestou-se no sentido de que deseja ser responsável pela definição de parte do conteúdo da Conferência, com vistas a garantir que seja mais abrangente e internacional e que esteja em conformidade com os objetivos da comunidade da OGP.

Ação: O Grupo de Planejamento da Conferência propôs a criação de um Grupo de Assessoramento, o qual será composto por membros do Comitê Diretor da OGP, representando o governo e a sociedade civil, pela Diretora Executiva da Unidade de Apoio e pelo Coordenador Independente para a Sociedade Civil.

2. Chegou-se ao consenso de que o tema principal da Conferência deve girar em torno de “reinventando as relações entre os governos e os cidadãos”.

Ação: O Grupo de Planejamento da Conferência atualmente usa esse título para se referir ao evento e continuará a explorar opções de subtemas para apoiar o tema principal.

3. O Comitê Diretor não aprovou os temas “cidades” e “saúde” para compor o conteúdo principal da Conferência. Alegou-se que o foco deve estar na geração do conteúdo mais rico possível e na apresentação desse conteúdo de uma maneira nova e envolvente, ao invés de em áreas temáticas, apesar de que conteúdo vinculado aos temas em questão ainda deva ser considerado. Foi proposto que os conteúdos sejam identificados de acordo com os temas de governo aberto a que se refiram – por exemplo, dados abertos, informação pública, transparência fiscal, etc.

Ação: O Grupo de Planejamento da Conferência elaborou uma revisão da nota conceitual a fim de refletir essa mudança de foco. Com o intuito de garantir que o maior número de opções de conteúdo seja desenvolvido de baixo para cima, o prazo para propostas foi prorrogado até 1º de setembro.

4. O Comitê Diretor aprovou a proposta de que cada país membro da OGP deverá apresentar um novo e ambicioso compromisso, apoiado pela sociedade civil, na Conferência. Esse compromisso poderá ser completamente inédito ou uma implementação diferente e ambiciosa de um compromisso já existente no Plano de Ação do país.

Ação: Um convite do Ministro do Gabinete de Governo do Reino Unido será enviado a ministros dos 60 países membros da OGP, destacando o que se espera dos compromissos a serem apresentados na Conferência.

Participantes

Comitê Diretor

Governos

Brasil

Otávio Neves

Controladoria-Geral da União

Indonésia

Tara Hidayat

Yanuar Nughoro

Jourdan Hussein

Unidade de Entrega da Presidência (UKP4)

Unidade de Entrega da Presidência (UKP4)

Unidade de Entrega da Presidência (UKP4)

México

Juan Pablo Guerrero

Gabriela Segovia

Alonso Cerdan Verastegui

Agência Federal de Acesso à Informação (IFAI)

Agência Federal de Acesso à Informação (IFAI)

Ministério de Administração Pública

Noruega

Terje Dyrstad

Ministério de Administração Pública, Reforma e Assuntos
Eclesiásticos

Philippines

Janet Abuel

Departamento de Orçamento e Gestão

África do Sul

Unathi Bongco

Qinsile Delwa

???

Gabinete do Vice-Ministro

Gabinete do Vice-Ministro

High Commission of South Africa

Reino Unido

Joy Barraclough

Sue Bateman

Ollie Buckley

Laura Clarke

Daniel Davis

Jeff Glekin

Pippa Knott

Paul Maltby

Olivia O'Sullivan

Scott Richards

Kitty von Bertele

Ben Whitlock

Gabinete do Governo

Gabinete do Governo

Gabinete do Governo

Gabinete do Governo

Departamento de Desenvolvimento Internacional

Ministério das Relações Exteriores

Gabinete do Governo

Gabinete do Governo

Gabinete do Governo

Gabinete do Governo

Gabinete do Governo

Gabinete do Governo

Estados Unidos
Heather Flynn
Mary Beth Goodman
Lisa Ellman

Departamento de Estado
Conselho de Segurança Nacional, Casa Branca
Escritório de Políticas para Ciência e Tecnologia, Casa Branca

Sociedade Civil
Maryati Abdullah

Publish What You Pay (Indonésia)

Veronica Cretu

CMB Training Center

Nikhil Dey

MKSS

Alejandro Gonzalez

GESOC

Suneeta Kaimal

Revenue Watch Institute

Warren Krafchik

International Budget Partnership

Iara Pietricovsky

INESC

Rakesh Rajani

Twaweza

Martin Tisne
Anthony Richter

Transparency and Accountability Initiative (Omidyar)
Transparency and Accountability Initiative (Open Society)

Parceria para Governo Aberto

Unidade de Apoio

Linda Frey
Joe Powell
Kay Hixson
Jack Mahoney

Diretora Executiva
Vice-Diretor
Diretor de Comunicações
Associado de Programa

Coordenador Independente para a Sociedade Civil

Paul Maassen

Coordenador Independente para a Sociedade Civil

Ausências

Governo da Tanzânia